

BUNDESGESETZBLATT

FÜR DIE REPUBLIK ÖSTERREICH

Jahrgang 1987

Ausgegeben am 16. Juni 1987

88. Stück

227. Vereinbarung zur Durchführung des Abkommens zwischen der Republik Österreich und der Portugiesischen Republik im Bereich der Sozialen Sicherheit samt Anlage

228. Abkommen zwischen der Republik Österreich und der Italienischen Republik über die Benützung des Hafens von Triest samt Briefwechsel
(NR: GP XVI RV 943 AB 1016 S. 151. BR: AB 3181 S. 478.)

227.

VEREINBARUNG

ZUR DURCHFÜHRUNG DES ABKOMMENS ZWISCHEN DER REPUBLIK ÖSTERREICH UND DER PORTUGIESISCHEN REPUBLIK IM BEREICH DER SOZIALEN SICHERHEIT

Auf Grund des Artikels 19 des Abkommens zwischen der Republik Österreich und der Portugiesischen Republik im Bereich der Sozialen Sicherheit vom 18. April 1985 *) — im folgenden als Abkommen bezeichnet — haben die zuständigen Behörden zur Durchführung des Abkommens folgendes vereinbart:

ABSCHNITT I

ALLGEMEINE BESTIMMUNGEN

Artikel 1

Begriffsbestimmungen

(1) In dieser Vereinbarung bedeutet der Ausdruck „Zusatzvereinbarung zur Durchführung des Europäischen Abkommens über Soziale Sicherheit“ die am 14. Dezember 1972 in Paris unterzeichnete Zusatzvereinbarung zur Durchführung des Europäischen Abkommens über Soziale Sicherheit in der zwischen den beiden Vertragsstaaten jeweils geltenden Fassung.

(2) In dieser Vereinbarung werden die im Artikel 1 des Abkommens festgelegten Ausdrücke in derselben Bedeutung verwendet, die ihnen im genannten Artikel gegeben wird.

ACORDO

PARA APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA DA ÁUSTRIA E A REPÚBLICA PORTUGUESA EM MATÉRIA DE SEGURANÇA SOCIAL

Nos termos do artigo 19º da Convenção entre a República da Áustria e a República Portuguesa em matéria de Segurança Social, de 18 de Abril de 1985 — seguidamente referida como Convenção — as autoridades competentes acordaram no seguinte, com vista à aplicação da Convenção:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Definições

(1) No presente Acordo a expressão «Acordo Complementar para Aplicação da Convenção Europeia de Segurança Social» significa o Acordo Complementar para Aplicação da Convenção Europeia de Segurança Social, assinado em Paris em 14 de Dezembro de 1972, na versão em vigor entre ambos os Estados contratantes.

(2) Os termos definidos no artigo 1º da Convenção terão, no presente Acordo, o mesmo significado que lhes é atribuído no referido artigo.

*) Kundgemacht in BGBl. Nr. 104/1987

Artikel 2**Verbindungsstellen**

Hinsichtlich der Verbindungsstellen gelten die Artikel 3 und Artikel 4 Absatz 4 der Zusatzvereinbarung zur Durchführung des Europäischen Abkommens über Soziale Sicherheit in Verbindung mit Anhang 4 zu dieser Zusatzvereinbarung.

Artikel 3**Formblätter**

Die zur Durchführung des Abkommens erforderlichen Formblätter sind von den nach Artikel 2 in Betracht kommenden Verbindungsstellen festzulegen.

ABSCHNITT II**BESTIMMUNGEN ÜBER DIE ANZUWEN-
DENDEN RECHTSVORSCHRIFTEN****Artikel 4**

Hinsichtlich der Bestimmungen über die anzuwendenden Rechtsvorschriften gelten die Artikel 12 bis 14 der Zusatzvereinbarung zur Durchführung des Europäischen Abkommens über Soziale Sicherheit.

ABSCHNITT III**BESONDERE BESTIMMUNGEN****Kapitel 1****Leistungen bei Krankheit und Mutterschaft****Artikel 5****Zusammenrechnung der Zeiten**

Hinsichtlich der Zusammenrechnung von Versicherungs- oder Wohnzeiten gelten die Artikel 15 und 16 der Zusatzvereinbarung zur Durchführung des Europäischen Abkommens über Soziale Sicherheit.

Artikel 6**Gewährung von Sachleistungen**

(1) Für die Anwendung des Artikels 6 und des Artikels 8 Absatz 1 zweiter Satz des Abkommens ist dem nach Artikel 9 des Abkommens in Betracht kommenden Träger zum Nachweis des Anspruches eine Bescheinigung des zuständigen Trägers vorzulegen.

(2) Der Träger des Aufenthaltsortes hat die Krankenkontrolle durchzuführen, als handle es sich um einen eigenen Versicherten; der zuständige Träger ist vom Ergebnis der Kontrolle zu unterrichten.

Artigo 2º**Organismos de Ligação**

No que se refere aos Organismos de Ligação são aplicáveis o artigo 3º e o artigo 4º parágrafo 4 do Acordo Complementar para Aplicação da Convenção Europeia de Segurança Social em conjugação com o Anexo 4 ao referido Acordo Complementar.

Artigo 3º**Formulários**

Os formulários necessários à aplicação da Convenção deverão ser adoptados pelos Organismos de Ligação a que se refere o artigo 2º.

TÍTULO II**DISPOSIÇÕES RELATIVAS À LEGISLAÇÃO
APLICÁVEL****Artigo 4º**

No que se refere à determinação das disposições relativas à legislação aplicável, observar-se-à o disposto nos artigos 12º a 14º do Acordo Complementar para Aplicação da Convenção Europeia de Segurança Social.

TÍTULO III**DISPOSIÇÕES ESPECIAIS****Capítulo 1****Prestações por doença e maternidade****Artigo 5º****Totalização de períodos**

No que respeita à totalização de períodos de seguro ou de residência são aplicáveis os artigos 15º e 16º do Acordo Complementar para Aplicação da Convenção Europeia de Segurança Social.

Artigo 6º**Concessão de prestações em espécie**

(1) Para aplicação dos artigos 6º e 8º parágrafo 1, segunda parte da Convenção deve ser apresentado à instituição designada nos termos do artigo 9º da Convenção, um certificado emitido pela instituição competente com vista à comprovação do direito.

(2) A instituição do local da estada ou de residência deve efectuar o controlo do doente como se se tratasse de um segurado próprio; deve ser dado conhecimento à instituição competente do resultado do controlo.

(3) Wird Krankenhauspflege gewährt, so hat der nach Artikel 9 des Abkommens in Betracht kommende Träger dem zuständigen Träger unverzüglich den Tag der Aufnahme in das Krankenhaus und die voraussichtliche Dauer des Aufenthaltes sowie den Tag der Entlassung mitzuteilen.

(4) Für die Anwendung des Artikels 6 Absatz 2 des Abkommens ist eine Liste der Körperersatzstücke, größeren Hilfsmittel und anderen Sachleistungen von erheblicher Bedeutung dieser Vereinbarung angeschlossen. Sind solche Leistungen wegen Dringlichkeit gewährt worden, so hat der im Artikel 9 des Abkommens bezeichnete Träger dies unverzüglich dem zuständigen Träger mitzuteilen.

(3) Se for concedido internamento hospitalar, a instituição designada nos termos do artigo 9º da Convenção deve comunicar sem demora à instituição competente a data de admissão no hospital e a duração provável do internamento, bem como a data da alta.

(4) Para aplicação do artigo 6º parágrafo 2 da Convenção anexa-se ao presente Acordo uma lista dos aparelhos de prótese, de grandes meios auxiliares e outras prestações em espécie de considerável importância. Caso tais prestações tenham sido concedidas por motivo de urgência, deve a instituição designada no artigo 9º da Convenção dar conhecimento do facto, sem demora, à instituição competente.

Artikel 7

Erstattung von Sachleistungen bei Nichteinhaltung des vorgesehenen Verfahrens

Die entstandenen Aufwendungen sind auf Antrag der betreffenden Person vom zuständigen Träger nach den für den im Artikel 9 des Abkommens bezeichneten Träger maßgebenden Sätzen zu erstatten, sofern die vorgesehenen Verfahrensregelungen nicht eingehalten werden konnten. Der im Artikel 9 des Abkommens bezeichnete Träger hat dem zuständigen Träger auf dessen Verlangen die erforderlichen Auskünfte zu erteilen.

Artikel 8

Gewährung von Geldleistungen

Geldleistungen bei Krankheit und Mutterschaft sind den Berechtigten vom zuständigen Träger direkt zu zahlen; Artikel 6 Absatz 2 gilt entsprechend.

Artikel 9

Finanzielle Bestimmung

Für die Durchführung des Artikels 10 des Abkommens ist der Anspruch auf Erstattung der Kosten von Sachleistungen nach Abschluß des Leistungsfalles oder für jedes Kalenderhalbjahr geltend zu machen und binnen sechs Monaten nach Eingang der Forderung zu erfüllen.

Kapitel 2

Leistungen bei Arbeitslosigkeit

Artikel 10

Zusammenrechnung der Zeiten

(1) Hinsichtlich der Zusammenrechnung von Versicherungs-, Beschäftigungs-, Erwerbstätigkeits- oder Wohnzeiten gelten die Artikel 15 und 72 der Zusatzvereinbarung zur Durchführung des Europäischen Abkommens über Soziale Sicherheit.

Artigo 7º

Reembolso de prestações em espécie em caso de inobservância do procedimento previsto

As importâncias despendidas são reembolsáveis, a pedido do interessado, pela instituição competente, de acordo com as tabelas aplicadas pela instituição designada no artigo 9º da Convenção, caso não tenha sido possível o cumprimento das formalidades previstas. A instituição designada no artigo 9º da Convenção deverá fornecer, à instituição competente e a pedido desta última, as necessárias informações.

Artigo 8º

Concessão de prestações pecuniárias

As prestações pecuniárias por doença e maternidade devem ser pagas directamente ao interessado pela instituição competente; o artigo 6º parágrafo 2 é aplicável por analogia.

Artigo 9º

Disposição financeira

Para aplicação do artigo 10º da Convenção deve o pedido de reembolso das despesas de prestações em espécie ser apresentado após o termo do evento ou semestralmente e deverá ser satisfeito dentro de seis meses após a recepção do pedido.

Capítulo 2

Prestações de desemprego

Artigo 10º

Totalização de períodos

(1) No que respeita à totalização de períodos de seguro, de emprego, de actividade profissional ou residência são aplicáveis os artigos 15º e 72º do Acordo Complementar para Aplicação da Convenção Europeia de Segurança Social.

(2) Für die Anwendung des Artikels 11 Absatz 2 des Abkommens gilt Artikel 72 der Zusatzvereinbarung zur Durchführung des Europäischen Abkommens über Soziale Sicherheit hinsichtlich der Dauer der Gewährung von Arbeitslosengeld entsprechend.

Artikel 11

Rückersatz

(1) Anträge auf Rückersatz im Sinne des Artikels 11 Absatz 2 Buchstabe c des Abkommens sind zu richten:

in Österreich
an das Bundesministerium für Arbeit und Soziales,

in Portugal
an das Regionalzentrum für Soziale Sicherheit, bei dem der Arbeitslose eingetragen ist.

(2) Die Rückersätze sind zu leisten:

in Österreich
an das Bundesministerium für Arbeit und Soziales,

in Portugal
an das Regionalzentrum für Soziale Sicherheit des Wohnortes.

Kapitel 3

Familienbeihilfen

Artikel 12

Zusammenrechnung der Zeiten

Hinsichtlich der Zusammenrechnung von Beschäftigungs-, Erwerbstätigkeits- oder Wohnzeiten gelten die Artikel 15 und 78 der Zusatzvereinbarung zur Durchführung des Europäischen Abkommens über Soziale Sicherheit.

Artikel 13

Familienstandsbescheinigungen

(1) Für die Anwendung der Artikel 13 und 15 des Abkommens haben in Österreich die Finanzämter und in Portugal die Gemeindeämter Bescheinigungen auszustellen, aus denen die persönlichen Daten des Dienstnehmers und seiner Kinder, für die Familienbeihilfen beansprucht werden, hervorgehen. Diese Bescheinigungen haben auch den Ort des ständigen Aufenthaltes der Kinder, ihren Familienstand und ein allfälliges eigenes Einkommen der Kinder zu beinhalten.

(2) Diese Bescheinigungen haben eine Gültigkeit von einem Jahr ab ihrer Ausstellung.

(2) Para efeitos do artigo 11º, parágrafo 2 da Convenção é aplicável, por analogia, o artigo 72º do Acordo Complementar para Aplicação da Convenção Europeia de Segurança Social no que respeita à duração da concessão de subsídio de desemprego no outro Estado contratante.

Artigo 11º

Reembolso

(1) Os requerimentos de reembolso nos termos do artigo 11º parágrafo 2, alínea c) da Convenção, devem ser dirigidos na Áustria, ao Ministério Federal do Trabalho e Assuntos Sociais; em Portugal, ao Centro Regional de Segurança Social onde o trabalhador desempregado está inscrito.

(2) Os reembolsos devem ser efectuados na Áustria, ao Ministério Federal do Trabalho e Assuntos Sociais; em Portugal, ao Centro Regional de Segurança Social do local de residência.

Capítulo 3

Abono de família

Artigo 12º

Totalização de períodos

No que respeita à totalização de períodos de emprego, de actividade profissional ou de residência são aplicáveis os artigos 15º e 78º do Acordo Complementar para Aplicação da Convenção Europeia sobre Segurança Social.

Artigo 13º

Certificados relativos à composição do agregado familiar

(1) Para aplicação dos artigos 13º e 15º da Convenção serão emitidos certificados, na Áustria pelas Repartições de Finanças e em Portugal pelas Juntas de Freguesia, devendo dos mesmos constar os dados pessoais do trabalhador assalariado e dos descendentes em relação aos quais é solicitado abono de família. Tais certificados devem igualmente mencionar a residência dos descendentes, o respectivo estado civil e ainda um eventual rendimento próprio.

(2) Estes certificados têm uma validade de um ano a contar da data da sua emissão.

Artikel 14**Mitteilung über gewährte Familienbeihilfen**

Für die Anwendung der Artikel 12 bis 18 des Abkommens teilen die zuständigen Träger beider Vertragsstaaten einander die von ihnen gewährten Familienbeihilfen mit, soweit dies erforderlich ist, um in einem der beiden Vertragsstaaten einen Anspruch auf Familienbeihilfen geltend zu machen. Diese Mitteilung soll enthalten:

- a) die Namen der Kinder, für welche Familienbeihilfen gewährt werden,
- b) den Zeitraum, für welchen Familienbeihilfen gewährt werden, und
- c) die Höhe der gewährten Familienbeihilfen.

ABSCHNITT IV**SCHLUSSBESTIMMUNGEN****Artikel 15****Inkrafttreten**

Diese Vereinbarung tritt gleichzeitig mit dem Abkommen in Kraft und bleibt ebenso lange wie dieses in Kraft.

GESCHEHEN zu Wien, am 14. Mai 1987, in zwei Urschriften in deutscher und portugiesischer Sprache, wobei beide Texte in gleicher Weise authentisch sind.

Für den Bundesminister für Arbeit und Soziales:

Dr. Josef Schuh

Für den Bundesminister für Umwelt, Jugend und Familie:

Dr. Leopold Wohlmann

Für die zuständigen portugiesischen Behörden:

Dr. Sebastião Pizarro

Artigo 14°**Comunicação relativa aos abonos de família concedidos**

Para aplicação dos artigos 12° a 18° da Convenção, as instituições competentes de ambos os Estados contratantes comunicam entre si, quais os abonos de família concedidos, caso seja necessário para um dos Estados contratantes se exercer o direito aos abonos de família. Essa comunicação deve mencionar:

- a) o nome dos descendentes em relação aos quais é concedido abono de família;
- b) período de concessão do abono de família; e
- c) montante do abono de família concedido.

TÍTULO IV**DISPOSIÇÕES FINAIS****Artigo 15°****Entrada em vigor**

O presente Acordo entra em vigor na mesma data que a Convenção, e vigorará durante o mesmo período que a Convenção.

FEITO em Viena, no dia 14 de Maio de 1987, em dois originais, em língua alemã e portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Ministro Federal do Trabalho e Assuntos Sociais:

Dr. Josef Schuh

Pelo Ministro Federal do Ambiente, Juventude e Família:

Dr. Leopold Wohlmann

Pelas autoridades portuguesas competentes:

Dr. Sebastião Pizarro

Anlage

Liste der Körperersatzstücke, größeren Hilfsmittel und anderen Sachleistungen von erheblicher Bedeutung (Artikel 6 Absatz 4)

1. Körperersatzstücke, orthopädische Apparate und Stützapparate einschließlich gewebebeanspruchter orthopädischer Korsette nebst Ergänzungsteilen, Zubehör und Werkzeugen;
2. orthopädische Maßschuhe, gegebenenfalls mit dem dazugehörigen Normalschuh (nicht orthopädisch);
3. Kiefer- und Gesichtsplastiken, Perücken;
4. Modellabdrucke (Nachbildungen der verschiedenen Körperteile), die benutzt werden, um die unter den Ziffern 1 bis 3 genannten Gegenstände richtig anzupassen;
5. Kunstaugen, Kontaktschalen, Vergrößerungsbrillen und Fernrohrbrillen;
6. Hörgeräte;
7. Zahnersatz (festsitzender und herausnehmbarer) und Verschußprothesen der Mundhöhle;
8. Krankenfahrzeuge, Rollstühle sowie andere mechanische Fortbewegungsmittel;
9. Erneuerung der unter den Ziffern 1 bis 8 genannten Gegenstände;
10. Blindenführhunde;
11. ärztliche Behandlung und Kuren in Genesungs- und Erholungsheimen oder Heilanstalten;
12. Maßnahmen der medizinischen und beruflichen Wiedereingliederung;
13. alle übrigen Heilbehelfe, Hilfsmittel und ähnliches, deren Anschaffungskosten in Österreich 5 000 Schilling, in Portugal 50 000 Escudos übersteigen.

Anexo

Lista dos aparelhos de prótese, de grandes meios auxiliares e outras prestações em espécie de considerável importância (artigo 6º parágrafo 4)

1. Aparelhos de prótese, aparelhos ortopédicos e aparelhos de apoio, incluindo cintas ortopédicas em tecido armado, além de peças complementares, acessórios e instrumentos;
2. Sapatos ortopédicos por medida e, se for caso disso, o respectivo sapato normal (não ortopédico);
3. Plásticas maxilares e faciais, cabeleiras;
4. Moldes (reproduções das diversas partes do corpo) utilizados a fim de ajustar correctamente os objectos referidos nos números 1 a 3;
5. Olhos artificiais, lentes de contacto, lentes de aumentar e lentes telescópicas;
6. Aparelhos auditivos;
7. Próteses dentárias (fixas e móveis) e próteses obturadoras;
8. Carros para doentes, cadeiras de rodas e outros meios de transporte mecânicos;
9. Renovação dos objectos referidos nos números 1 a 8;
10. Cães-guias para cegos;
11. Assistência médica e curas em estabelecimentos de recuperação, casas de repouso ou sanatórios;
12. Medidas médicas e profissionais para reabilitação;
13. Qualquer outro meio de tratamento, aparelhagem e meios equiparados cujos custos excedam na Áustria 5 000 Xelins e em Portugal 50 000\$00.

Die Vereinbarung ist gemäß ihrem Art. 15 am 1. Mai 1987 in Kraft getreten.

Vranitzky

228.

Der Nationalrat hat beschlossen:

Der Abschluß des nachstehenden Staatsvertrages samt Briefwechsel wird genehmigt.

A b k o m m e n

zwischen der Republik Österreich und der Italienischen Republik über die Benützung des Hafens von Triest

Die Republik Österreich und die Italienische Republik,

vom Wunsche geleitet, die Benützung des Hafens von Triest seitens Österreichs zu erleichtern und auszubauen und unter Berücksichtigung der Bedeutung des Hafens von Triest für die Versorgung Österreichs,

in Anbetracht der Notwendigkeit, die im österreichisch-italienischen Übereinkommen zur

A c c o r d o

Tra la Repubblica d'Austria e la Repubblica Italiana per l'utilizzazione del porto di Trieste

La Repubblica d'Austria e la Repubblica Italiana,

animate dal desiderio di facilitare e sviluppare l'utilizzazione del porto di Trieste da parte dell'Austria ed in considerazione dell'importanza del porto di Trieste per l'approvvigionamento dell'Austria,

tenuto conto della necessità di integrare le disposizioni contenute nella Convenzione austro-italiana

Hebung des österreichischen Handels über den Hafen von Triest vom 14. Mai 1934 *) sowie die im Abkommen zwischen Österreich und Italien über die Benützung des Hafens von Triest vom 22. Oktober 1955 **) enthaltenen Bestimmungen zu ergänzen,

haben folgendes vereinbart:

Artikel 1

Freier Transit

1. Allen für Österreich bestimmten oder von dort kommenden Waren wird der freie Transit durch den Hafen von Triest gewährt, unbeschadet der Bestimmungen bezüglich der Wahrung der öffentlichen Ordnung, der Sicherheit und der öffentlichen Gesundheit.

2. Die für den freien Transit von Mineralöl und seinen Derivaten durch den Hafen von Triest notwendigen Konzessionen werden binnen der günstigsten Fristen und so langfristig wie rechtlich möglich erteilt.

3. Die Lager des für die Versorgung Österreichs bestimmten Mineralöls sind, soweit sie dieser Aufgabe dienen, von der Pflicht befreit, Mindestreserven zu bilden.

4. Die italienische Regierung wird geeignete Maßnahmen treffen, um die Zollabfertigung von für Österreich bestimmten und in Triest umgeschlagenem Mineralöl und seinen Derivaten im Rahmen der geltenden Gesetzgebung zu erleichtern.

Artikel 2

Gebühren für Mineralöl und seine Derivate

Mineralöl und seine Derivate, die in Triest umgeschlagen werden und für Österreich bestimmt sind, unterliegen der Zahlung von einem Fünftel der jeweils geltenden Fiskalgebühr und von zwei Dritteln der jeweils geltenden Hafengebühr für entladene Waren, jedenfalls aber einer Mindesthafengebühr von 180 Lire pro Tonne.

Artikel 3

Fiskalgebühr für andere Waren als Mineralöl und seine Derivate

1. Andere österreichische oder für Österreich bestimmte Waren als Mineralöl und seine Derivate unterliegen der Zahlung von 80% der in den diesbezüglichen italienischen Gesetzesbestimmungen vorgesehenen Fiskalgebühr für entladene Waren.

2. Erhöht sich das Verladevolumen dieser Waren — bezogen auf das Basisjahr 1984 — so wird für

per lo sviluppo del traffico austriaco attraverso il porto di Trieste del 14 maggio 1934 e quelle contenute nell'Accordo tra l'Austria e l'Italia per l'utilizzazione del porto di Trieste del 22 ottobre 1955,

hanno convenuto quanto segue:

Articolo 1

Libero transito

1. È garantito il libero transito attraverso il porto di Trieste di tutte le merci destinate all'Austria o da essa provenienti, fatte salve le disposizioni afferenti alla salvaguardia dell'ordine pubblico, della sicurezza e della salute pubblica.

2. Le concessioni necessarie per il libero transito attraverso il porto di Trieste degli olii minerali e dei loro derivati sono rilasciate per la maggior durata consentita e nei tempi più favorevoli legalmente possibili.

3. Per i depositi di olii minerali destinati ad alimentare il rifornimento dell'Austria, nei limiti in cui assolvono a tale compito, è accordata l'esenzione dall'obbligo di costituire scorte minime di riserva.

4. Il Governo italiano prenderà le misure opportune per facilitare, nel rispetto della normativa vigente, le operazioni doganali per gli olii minerali ed i loro derivati, destinati all'Austria attraverso il porto di Trieste.

Articolo 2

Tassazione degli olii minerali e dei loro derivati

Gli olii minerali ed i loro derivati destinati all'Austria attraverso il porto di Trieste sono soggetti al pagamento di un quinto della tassa erariale e di due terzi della tassa portuale in quel momento vigenti per le merci sbarcate, fermo restando che l'imposizione minima della tassa portuale non sarà inferiore a 180 lire per tonnellata.

Articolo 3

Tassazione sulle merci diverse dagli olii minerali e dai loro derivati

1. Le merci austriache o le merci destinate all'Austria diverse dagli olii minerali e dai loro derivati sono assoggettate al pagamento della tassa erariale sulle merci sbarcate previsto dalle relative disposizioni di legge italiane nella misura dell'80 per cento.

2. Quando viene riscontrato un aumento del 5 per cento del volume di traffico di tali merci ris-

*) Kundgemacht in BGBl. Nr. 60/1935

**) Kundgemacht in BGBl. Nr. 19/1956

jede 5%ige Volumenserhöhung die Fiskalgebühr um ein weiteres Prozent abgesenkt. Die Gesamtreduzierung darf jedenfalls 80% des üblichen Prozentsatzes der Fiskalgebühr nicht überschreiten.

3. Die Höhe der sich aus Absatz 2 in Verbindung mit Absatz 1 dieses Artikels ergebenden Fiskalgebühr für das jeweils folgende Kalenderjahr wird von der in Artikel 7 dieses Abkommens eingesetzten Gemischten Kommission festgelegt.

Artikel 4

Eisenbahn und Straßenverkehr

1. Die Österreichischen Bundesbahnen und die Italienischen Staatsbahnen vertiefen die im Abkommen vom 22. Oktober 1955 vorgesehene Zusammenarbeit, um das Volumen der Transitgüter weiter zu erhöhen.

2. Die beiden Vertragspartner wirken ferner darauf hin, daß von den Österreichischen Bundesbahnen und den Italienischen Staatsbahnen auch im technischen und betrieblichen Bereich Maßnahmen zur Förderung des Güterverkehrs über den Hafen von Triest getroffen werden.

3. Als besondere Förderungsmaßnahme für den Hafen von Triest ist Österreich bereit, im Zuge seiner Neuregelung des Genehmigungsverfahrens für Straßengütertransporte ein eigenes Kontingent von Einzelbewilligungen für Triest einzuräumen.

Artikel 5

Vermehrte Benützung des Hafens von Triest

1. Die beiden Vertragsparteien verpflichten sich, die Zusammenarbeit zwischen der österreichischen Bundeswirtschaftskammer, der Handelskammer von Triest und der Autonomen Hafenbehörde von Triest im Rahmen des Seehafenkontaktkomitees Österreich — Triest mit dem Ziel zu unterstützen, eine vermehrte Benützung des Hafens von Triest durch die österreichischen Unternehmen zu fördern.

2. Zu diesem Zweck nehmen die zuständigen österreichischen Behörden auch jede geeignete Informationstätigkeit vor, um das Interesse der österreichischen Unternehmen an der Benützung des Hafens von Triest zu stärken.

3. Die Autonome Hafenbehörde von Triest räumt im Einvernehmen mit den interessierten Seiten zur Förderung des Transits von und nach Österreich die in den Artikeln 4, 5, 6 und 7 des österreichisch-italienischen Übereinkommens zur Hebung des österreichischen Handels über den Hafen von Triest vom 14. Mai 1934 vorgesehenen Begünstigungen ein.

petto all'anno 1984 si procede ad un'ulteriore diminuzione, pari all'1 per cento, dell'ammontare della tassa erariale sulle merci sbarcate. L'aliquota complessiva di diminuzione non può comunque superare l'80 per cento dell'aliquota normale della tassa erariale.

3. La misura della tassa, quale indicata al secondo comma del presente articolo in relazione al 1° comma dello stesso articolo, per l'anno successivo viene fissata dalla Commissione Mista, istituita dall'articolo 7 del presente Accordo.

Articolo 4

Traffico ferroviario e stradale

1. Le ÖBB e le F.S. approfondiscono la collaborazione, prevista dall' Accordo del 22 ottobre 1955, per dare ulteriore incremento al volume delle merci in transito.

2. Entrambe le Parti si adoperano inoltre affinché da parte delle ÖBB e delle F.S. vengano adottate anche nei settori tecnico ed operativo misure per la promozione del traffico di merci attraverso il porto di Trieste.

3. Come misura atta a promuovere in maniera particolare il porto di Trieste l'Austria è disposta, nell'ambito di un nuovo regolamento della procedura di autorizzazione per i trasporti merci su strada, a concedere un proprio contingente di licenze singole per Trieste.

Articolo 5

Maggiore utilizzazione del porto di Trieste

1. Le due Parti contraenti si impegnano a favorire la collaborazione tra la Camera Federale per l'Economia austriaca, la Camera di Commercio di Trieste e l' Ente Autonomo del Porto di Trieste, nell' ambito del Comitato di contatto marittimo portuale tra Trieste e l'Austria, in vista di promuovere una maggiore utilizzazione del porto di Trieste da parte delle imprese austriache.

2. A tal fine, le competenti Autorità austriache svolgono anche ogni opportuna azione di informazione per rafforzare l'interesse degli operatori austriaci all'utilizzazione del porto di Trieste.

3. L' Ente Autonomo del Porto di Trieste d'intesa con le Parti interessate concede ogni possibile facilitazione per la promozione del traffico di transito da e per l' Austria prevista dagli articoli 4, 5, 6 e 7 della Convenzione austro-italiana per lo sviluppo del traffico austriaco attraverso il porto di Trieste del 14 maggio 1934.

Artikel 6

Investitionen im Hafen von Triest

1. Die österreichische Seite verpflichtet sich, Investitionen im Hafen von Triest durch österreichische Wirtschaftsorganisationen und Unternehmen, sowohl auf dem Gebiet der Infrastruktur als auch in der Form von Industrieansiedlungen, zu ermutigen.

2. Sie ermutigt darüber hinaus jede zweckmäßige Informationstätigkeit der österreichischen Bundeswirtschaftskammer im Einvernehmen mit der Handelskammer Triest und der Autonomen Hafenbehörde von Triest auch mittels Veranstaltung von Seminaren und Austausch von Delegationen.

3. Die in Artikel 7 eingesetzte Gemischte Kommission wird beauftragt, im Sinne der im Absatz 1 genannten Ziele die eingetretenen Fortschritte zu verfolgen.

Artikel 7

Gemischte Kommission

Für die Zwecke dieses Abkommens sowie des Abkommens zwischen Österreich und Italien über die Benützung des Hafens von Triest vom 22. Oktober 1955 wird eine Gemischte Kommission eingesetzt. Sie ersetzt die im Artikel 1 des zweitgenannten Abkommens vorgesehene Gemischte Unterkommission und tritt mindestens einmal jährlich zusammen.

Artikel 8

Inkrafttreten und Gültigkeitsdauer

1. Das vorliegende Abkommen ist in Übereinstimmung mit den jeweiligen Verfassungsbestimmungen der Vertragsstaaten zu ratifizieren und tritt mit dem Austausch der Ratifikationsurkunden in Kraft.

2. Das vorliegende Abkommen wird auf unbestimmte Zeit abgeschlossen. Es kann frühestens nach fünf Jahren ab seinem Inkrafttreten unter Einhaltung einer Frist von sechs Monaten schriftlich gekündigt werden, es sei denn, die Vertragsstaaten treffen einvernehmlich eine andere Entscheidung.

Geschehen zu Triest am 4. Oktober 1985 in zwei Urschriften in deutscher und italienischer Sprache, wobei beide Texte gleichermaßen authentisch sind.

Für die Republik Österreich:
DDr. Gerald Hinteregger m. p.

Für die Italienische Republik:
Mario Fioret m. p.

Articolo 6

Investimenti nel porto di Trieste

1. La Parte austriaca si impegna ad incoraggiare gli investimenti da parte di organizzazioni economiche e di imprese austriache nel porto di Trieste, sia nel settore delle infrastrutture, sia sotto forma di insediamenti industriali.

2. Essa incoraggia altresì ogni opportuna azione di informazione, anche per mezzo di seminari e di scambi di delegazioni, da parte della Camera Federale per l'Economia austriaca d'intesa con la Camera di Commercio di Trieste e l'Ente Autonomo del Porto di Trieste.

3. La Commissione Mista istituita dall' art. 7 è incaricata di seguire i progressi registrati in vista del raggiungimento degli obiettivi di cui al I° comma del presente articolo.

Articolo 7

Commissione Mista

Per le finalità del presente Accordo e per quelle dell' Accordo tra l'Austria e l' Italia sull'utilizzazione del porto di Trieste del 22. ottobre 1955 sarà istituita una Commissione Mista. Essa sostituisce la Sottocommissione Mista prevista dall' Art. 1 del suddetto secondo Accordo e si riunirà almeno una volta l'anno.

Articolo 8

Entrata in vigore e validità

1. Il presente Accordo è sottoposto a ratifica in conformità alle norme costituzionali delle due Parti contraenti ed entra in vigore all'atto dello scambio degli strumenti di ratifica.

2. Il presente Accordo resterà in vigore a tempo indeterminato. Esso potrà essere denunciato con un preavviso scritto di 6 mesi, non prima di cinque anni dalla sua entrata in vigore, salvo il caso in cui gli Stati contraenti prendano di comune accordo un'altra decisione.

Fatto a Trieste in due originali in italiano e tedesco; ciascuno dei due testi facendo ugualmente fede, il 4. ottobre 1985.

Per la Repubblica d'Austria:
DDr. Gerald Hinteregger m. p.

Per la Repubblica Italiana:
Mario Fioret m. p.

Der Generalsekretär
für
Auswärtige Angelegenheiten

Triest, am 4. Oktober 1985

Herr Unterstaatssekretär,

Ich beehre mich zu bestätigen, daß während der Verhandlungen des heute unterzeichneten Abkommens zwischen Österreich und Italien über die Benützung des Hafens von Triest folgendes Einvernehmen erzielt wurde:

Sollten in Folge von grundsätzlichen Änderungen der die italienischen Häfen betreffenden italienischen Steuergesetzgebung, wie die Ersetzung einer oder beider in den Artikeln 2 und 3 vorgesehenen Gebühren durch andere Gebühren, die in diesen Artikeln geregelte Gebührenreduzierung ihre Bedeutung verlieren, werden beide Seiten Verhandlungen im Hinblick auf den Abschluß eines neuen Abkommens aufnehmen, um in Verfolgung der Ziele des heute unterzeichneten Abkommens mit diesem vergleichbare Bedingungen zu schaffen.

Ich darf Sie bitten, mir Ihr diesbezügliches Einverständnis bekanntzugeben.

Genehmigen Sie, Herr Unterstaatssekretär, den Ausdruck meiner ausgezeichneten Hochachtung.

DDr. Gerald Hinteregger m. p.
Botschafter

Herrn
Abg. Mario Fioret
Unterstaatssekretär im
Außenministerium der
Italienischen Republik

Der Unterstaatssekretär
im Ministerium für
Auswärtige Angelegenheiten

Triest, am 4. Oktober 1985

Herr Generalsekretär,

Ich bestätige den Empfang Ihres Schreibens vom 4. Oktober 1985, das folgenden Inhalt hat:

„Herr Unterstaatssekretär,

Ich beehre mich zu bestätigen, daß während der Verhandlungen des heute unterzeichneten Abkommens zwischen Österreich und Italien über die Benützung des Hafens von Triest folgendes Einvernehmen erzielt wurde:

Sollten in Folge von grundsätzlichen Änderungen der die italienischen Häfen betreffenden italienischen Steuergesetzgebung, wie die Ersetzung einer oder beider in den Artikeln 2 und 3 vorgesehenen Gebühren durch andere Gebühren, die in diesen Artikeln geregelte Gebührenreduzierung ihre Bedeutung verlieren, werden beide Seiten Verhandlungen im Hinblick auf den Abschluß eines

Il Segretario Generale
per gli Affari Esteri

Trieste, 4. ottobre 1985

Signor Sottosegretario di Stato,

ho l'onore di confermarle la seguente intesa raggiunta nel corso delle trattative per l'Accordo, firmato in data odierna, tra l'Italia e l'Austria sull'utilizzazione del porto di Trieste.

Qualora, a seguito di modifiche fondamentali della normativa fiscale italiana relativa al settore portuale, quali la sostituzione di una o di ambedue le tasse previste dagli articoli 2 e 3 mediante altre tasse, le riduzioni di tassa previste dai suddetti articoli perdessero il loro significato, le due Parti inizieranno trattative in vista della conclusione di un nuovo Accordo, allo scopo di creare, perseguendo le finalità dell'Accordo oggi firmato, condizioni comparabili a quelle previste dal presente Accordo.

La prego di volermi comunicare il Suo assenso.

Voglia accettare, Signor Sottosegretario di Stato, l'espressione della mia più alta considerazione.

Hinteregger m. p.

On. le Mario Fioret
Sottosegretario di Stato del
Ministero degli Affari Esteri
della Repubblica Italiana

Il Sottosegretario di Stato
per gli Affari Esteri

Trieste, 4. ottobre 1985

Signor Segretario Generale,

Le confermo di aver ricevuto la Sua lettera del 4. ottobre 1985 del seguente tenore:

« Signor Sottosegretario di Stato,

ho l'onore di confermarle la seguente intesa raggiunta nel corso delle trattative per l'Accordo, firmato in data odierna, tra l'Italia e l'Austria sull'utilizzazione del porto di Trieste.

Qualora, a seguito di modifiche fondamentali della normativa fiscale italiana relativa al settore portuale, quali la sostituzione di una o di ambedue le tasse previste dagli articoli 2 e 3 mediante altre tasse, le riduzioni di tassa previste dai suddetti articoli perdessero il loro significato, le due Parti inizieranno trattative in vista della conclusione di un nuovo Accordo, allo scopo di creare, perseguendo

neuen Abkommens aufnehmen, um in Verfolgung der Ziele des heute unterzeichneten Abkommens mit diesem vergleichbare Bedingungen zu schaffen.

Ich darf Sie bitten, mir Ihr diesbezügliches Einverständnis bekanntzugeben.

Genehmigen Sie, Herr Unterstaatssekretär, den Ausdruck meiner ausgezeichneten Hochachtung.“

Ich darf Ihnen hiemit, Herr Generalsekretär, das diesbezügliche Einverständnis der italienischen Seite bekanntgeben.

Genehmigen Sie, Herr Generalsekretär, den Ausdruck meiner ausgezeichneten Hochachtung.

Mario Fioret m. p.

Herrn Botschafter
DDr. Gerald H i n t e r e g g e r
Generalsekretär im Bundesministerium
für Auswärtige Angelegenheiten der
Republik Österreich

le finalità dell'Accordo oggi firmato, condizioni comparabili a quelle previste dal presente Accordo.

La prego di volermi comunicare il Suo assenso.

Voglia accettare, Signor Sottosegretario di Stato, l'espressione della mia più alta considerazione».

Ho l'onore di confermarle, Signor Segretario Generale, l'accordo della parte italiana su quanto precede.

La prego di gradire, Signor Segretario Generale, l'espressione della mia più alta considerazione.

Mario Fioret m. p.

S.E. l'Amb. Gerald H i n t e r e g g e r
Segretario Generale del Ministero
Federale degli Affari Esteri della
Repubblica d'Austria

Die vom Bundespräsidenten unterzeichnete und vom Bundeskanzler gegengezeichnete Ratifikationsurkunde wurde am 19. Mai 1987 ausgetauscht; das Abkommen ist gemäß seinem Art. 8 Abs. 1 an diesem Tag in Kraft getreten.

Vranitzky



BUNDESGESETZBLATT

FÜR DIE REPUBLIK ÖSTERREICH

Der **Bezugspreis** des Bundesgesetzblattes für die Republik Österreich beträgt vorbehaltlich allfälliger Preiserhöhungen infolge unvorhergesehener Steigerung der Herstellungskosten bis zu einem Jahresumfang von 2500 Seiten S 878,— inklusive 10% Umsatzsteuer für Inlands- und S 978,— für Auslandsabonnements. Für den Fall, daß dieser Umfang überschritten wird, bleibt für den Mehrumfang eine entsprechende Neuberechnung vorbehalten. Der Bezugspreis kann auch in zwei gleichen Teilbeträgen zum 1. Jänner und 1. Juli entrichtet werden.

Einzelne Stücke des Bundesgesetzblattes sind erhältlich gegen Entrichtung des Verkaufspreises von S 1,70 inklusive 10% Umsatzsteuer für das Blatt = 2 Seiten, jedoch mindestens S 8,50 inklusive 10% Umsatzsteuer für das Stück, im Verlag der Österreichischen Staatsdruckerei, 1037 Wien, Rennweg 12 a, Tel. 78 76 31—39/295 oder 327 Durchwahl, sowie bei der Manz'schen Verlags- und Universitätsbuchhandlung, 1010 Wien, Kohlmarkt 16, Tel. 63 17 85.

Bezugsanmeldungen werden von der Abonnementstelle des Verlages der Österreichischen Staatsdruckerei, 1037 Wien, Rennweg 12 a, Tel. 78 76 31—39/294 Durchwahl, entgegengenommen.

Als Bezugsanmeldung gilt auch die Überweisung des Bezugspreises oder seines ersten Teilbetrages auf das Postscheckkonto Wien Nr. 7272.800. Die Bezugsanmeldung gilt bis zu einem allfälligen schriftlichen Widerruf. Der Widerruf ist nur mit Wirkung für das Ende des Kalenderjahres möglich. Er muß, um wirksam zu sein, spätestens am 15. Dezember bei der Abonnementstelle des Verlages der Österreichischen Staatsdruckerei, 1037 Wien, Rennweg 12 a, einlangen.

Die **Zustellung** des Bundesgesetzblattes erfolgt erst nach Entrichtung des Bezugspreises. Die Bezieher werden, um keine Verzögerung in der Zustellung eintreten zu lassen, eingeladen, den Bezugspreis umgehend zu überweisen.

Ersätze für abgängige oder mangelhaft zugekommene Stücke des Bundesgesetzblattes sind binnen drei Monaten nach dem Erscheinen unmittelbar bei der Abonnementstelle des Verlages der Österreichischen Staatsdruckerei, 1037 Wien, Rennweg 12 a, Tel. 78 76 31—39/294 Durchwahl, anzufordern. Nach Ablauf dieses Zeitraumes werden Stücke des Bundesgesetzblattes ausnahmslos nur gegen Entrichtung des Verkaufspreises abgegeben.